



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Junho/2015

Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de  
**Analista de Controle Externo**  
**Área: Administração**  
**Especialidade Ciências Contábeis**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos I  
Conhecimentos Específicos II

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos IICaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a resposta da Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

**Eduardo Coutinho, artista generoso**

*Uma das coisas mais bonitas e importantes da arte do cineasta Eduardo Coutinho, mestre dos documentários, morto em 2014, está em sua recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo. Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos, ele vê de perto pessoa por pessoa, surpreendendo-a, surpreendendo-se, surpreendendo-nos. Não lhe dizem nada expressões coletivistas como “os moradores do Edifício”, os “peões de fábrica”, “os sertanejos nordestinos”: os famigerados “tipos sociais”, usualmente enquadrados por chaves, dão lugar ao desafio de tomar o depoimento vivo de quem ocupa aquela quitinete, de investigar a fisionomia desse operário que está falando, de repercutir as palavras e os silêncios do morador de um povoado da Paraíba.*

*Essa dimensão ética de discernimento e respeito pela condição singular do outro deveria ser o primeiro passo de toda política. Nem paternalismo, nem admiração prévia, nem sentimentalismo: Coutinho vê e ouve, sabendo ver e ouvir, para conhecer a história de cada um como um processo sensível e inacabado, não para ajustar ou comprovar conceitos. Sua obsessão pela cena da vida é similar à que tem pela arte, o que torna quase impossível, para ele, distinguir uma da outra, opor personagem a pessoa, contrapor fato a perspectiva do fato. Fazendo dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho viveu como um homem/artista crítico para quem já existe arte encarnada no corpo e suspensa no espírito do outro: fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos, apresenta-se, mostra-se, mostra-o, mostra-nos.*

(Armando Post, inédito)

1. Ao se referir à *recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo*, identificando-a como uma característica da arte de Eduardo Coutinho, o autor do texto enaltece a capacidade que tem esse cineasta de
- (A) reproduzir os lugares-comuns e as fórmulas conhecidas, aderindo aos valores socialmente aceitos e dados por nós como irrefutáveis.
  - (B) rejeitar as perspectivas estereotipadas que, de forma intempestiva, condicionam nosso modo de enxergar as coisas.
  - (C) desviar-nos da tentação de embaralhar a compreensão que temos da vida, quando ele simplifica e enrijece os valores pelos quais devemos nos guiar.
  - (D) dissipar os valores éticos, substituindo-os por critérios pessoais capazes de nos tornar mais determinados em nossas iniciativas.
  - (E) evitar decididamente os parâmetros estranhos aos códigos sociais já firmados, para que não nos enganemos na apreciação das coisas.

2. Atente para as seguintes afirmações sobre Eduardo Coutinho e sua arte:

- I. As *expressões coletivistas* referidas e exemplificadas no primeiro parágrafo são aquelas que ajudam o cineasta a reconhecer a contribuição original de cada cidadão no exercício de sua função social.
- II. Deve-se entender que, em seus documentários, o cineasta valoriza sobretudo a singularidade das pessoas retratadas, em vez de tomá-las como tipos sociais já identificados e rotulados.
- III. O foco de atenção que o cineasta faz incidir sobre as pessoas que retrata é tão intenso e bem trabalhado que elas surgem como personagens que se revelam para nós em toda a sua verdade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A admiração pela arte de Eduardo Coutinho, patente nesse texto, justifica-se pelo fato de que o cineasta está preocupado em reconhecer a humanidade das criaturas retratadas, em vez de aceitar a visão estereotipada que se tem delas.
- (B) Patenteiam-se nesse texto a caracterização pessoal que Eduardo Coutinho atribui à seus personagens, cuja dimensão humana é assim admirada e afasta, deste modo, a visão já estereotipada que se costuma ter tanto dela como das demais criaturas.
- (C) É admirável como Eduardo Coutinho, a partir deste texto, revela toda uma arte pessoal quando deixa cair por terra as visões de um mundo pré-estabelecido, ao invés de fraglar, em cada uma das criaturas, a humanidade de um rosto inteiramente original.
- (D) Na medida em que o cineasta Eduardo Coutinho demonstra respeitar a visão original de suas criaturas, em vez de dotá-las como simples estereótipos, sua arte deve ser louvada pelo fato de contribuir para com uma visão crítica pela qual se ultrapassa os parâmetros banais.
- (E) Ao pautar sua arte por uma perspectiva original, em cujo valor jamais se afasta, Eduardo Coutinho não abre mão em favor das visões já viciosas que não nos permitem distinguir as pessoas, tomadas como se fossem tão somente tipos sociais extratificados.

4. Ocorre a transposição correta da voz ativa para a passiva, preservando-se a concordância adequada, no segmento:

- I. *Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos* = em vez de ser contemplado a distância por grupos e segmentos
- II. *para conhecer a história de cada um* = para se conhecer a história de cada um
- III. *fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos* = a câmera é fixada, os olhos e os ouvidos são abertos

Atende ao enunciado APENAS o que está em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



5. Os tempos e os modos verbais estarão corretamente articulados na frase:

- (A) Eduardo Coutinho, morto em 2014, destacara-se como um mestre dos documentários, cuja arte contemplasse o depoimento vivo, sempre que rejeitava o retrato estereotipado das pessoas.
- (B) A exemplo do que houvesse na arte de Eduardo Coutinho, o primeiro passo de toda política deveria ter levado em conta o respeito pela condição singular do outro, conquanto, para isso, surgiam dificuldades.
- (C) Caso não fizesse dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho não viveria como um artista crítico, para quem já houvesse arte encarnada no corpo e suspensão no espírito do outro.
- (D) Em seu processo criativo, Coutinho saberia ver e ouvir e, conseqüentemente, havia se acercado da história de cada um como um processo sensível e inacabado, sem que fosse necessário ajustar conceitos.
- (E) A obsessão que Coutinho demonstraria pela cena da vida era similar à que tivesse pela arte, e isso fez com que seja quase impossível, para Coutinho, opor personagem a pessoa.

6. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) A perspectiva ética aonde Coutinho manifesta todo o respeito pela pessoa que retrata é uma das características nas quais seus filmes se distinguem.
- (B) O paternalismo e o sentimentalismo, posições das quais muitos se agarram para tratar o outro, não são atitudes por onde Coutinho tenha mostrado qualquer inclinação.
- (C) As expressões coletivistas, com cujas Coutinho jamais se entusiasmou, são chavões em que se deixam impressionar as pessoas de julgamento mais apressado.
- (D) As pessoas por quem Coutinho se interessasse eram retratadas de modo a ter destacados os atributos pelos quais ele se deixara atrair.
- (E) Os paradigmas já mecanizados, nos quais muitos se deixam nortear, não mereciam de Coutinho nenhum crédito, pois só lhe importava a singularidade de cuja as pessoas são portadoras.

7. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) A rejeição que demonstra Coutinho a preconceitos sociais (**distinguir**) sua obra da de outros documentaristas.
- (B) Grupos ou classes sociais, numa visão a distância, não (**merecer**) desse cinasta qualquer atenção especial.
- (C) Não (**dever**) satisfazer-se um bom documentarista com os paradigmas já cristalizados.
- (D) Aos tipos sociais já reconhecidos (**faltar**) a imprescindível singularização dos indivíduos.
- (E) Sertanejos nordestinos e peões de fábrica são designações que não (**derivar**) senão de uma mera tipologia.

**Atenção:** As questões de números 8 a 10 referem-se ao seguinte fragmento de um pensador ilustrado do século XVIII:

### Do adultério

*O adultério é um crime para todos os povos da terra; o adultério das mulheres, entenda-se, visto terem sido os homens que fizeram as leis. Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba, introduz nas famílias herdeiros estranhos. Acrescente-se a essas razões a crueldade do ciúme, e não será surpreendente que em tantas nações, mal saídas do estado selvagem, o espírito de propriedade tenha decretado a pena de morte para sedutores e seduzidas.*

(VOLTAIRE, **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-64)

8. Ao considerar o adultério como crime que penaliza sobretudo as mulheres, Voltaire estabelece uma íntima conexão entre
- (A) o preconceito masculino e a moralidade religiosa.
  - (B) a ética própria do século XVIII e a capacidade feminina de sedução.
  - (C) a origem autoral da legislação e o direito de propriedade.
  - (D) a volubilidade masculina e o oportunismo feminino.
  - (E) a administração política e os direitos da família.

9. *Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba.*

Dando nova redação à frase acima, ela se manterá coerente e formalmente correta em:

- (A) Ainda que se vejam como proprietários, os homens consideram que o adultério as rouba, tal e qual pode acontecer com um de seus bens.
- (B) Os homens entendem o adultério como um roubo, uma vez que consideram suas esposas um bem de que um terceiro se apropria.
- (C) Como as esposas são bens inalienáveis dos homens, qualifica-se como roubo aquele que as usurpam de seu legítimo proprietário.
- (D) Uma vez premeditado o adultério como um roubo, os homens passam a ver suas esposas como parte de seu patrimônio do qual foi usurpado.
- (E) Não obstante se considere que as esposas sejam parte de seus bens, os homens passam a ver como um roubo o adultério que os privam delas.

10. As leis? Ora, como são os homens que elaboram as leis, eles usam essas leis a seu favor, dão a essas leis um caráter coercitivo, tornam essas leis um instrumento de penalização das mulheres adúlteras.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) elaboram-nas – usam-lhes – dão-lhes – tornam-lhes
- (B) as elaboram – usam-nas – dão-nas – as tornam
- (C) elaboram-lhes – as usam – lhes dão – lhes tornam
- (D) elaboram-nas – lhes usam – dão a elas – tornam-lhes
- (E) as elaboram – usam-nas – dão-lhes – tornam-nas

**Direito Constitucional**

11. A Constituição Federal, embora preveja a emenda constitucional como instrumento de alteração de seu texto,
- (A) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei complementar que preveja direitos e garantias individuais além daquelas já acolhidas no texto constitucional.
  - (B) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei ordinária em matéria de garantias individuais, desde que seja aprovada em cada uma das Casas Legislativas por três quintos dos votos de seus membros.
  - (C) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional tratado internacional que verse sobre qualquer matéria, desde que aprovado mediante o mesmo procedimento previsto para a emenda constitucional.
  - (D) veda a aprovação de emenda constitucional nos seis meses que antecederem as eleições federais e estaduais, salvo se a proposta for subscrita por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
  - (E) veda a aprovação de emenda constitucional que suprima a autonomia de Estados e Municípios em relação à União.
12. Considerando a necessidade de elevar arrecadação tributária e de reduzir as despesas da Administração pública, foi aprovada lei estadual que determinou, entre outras medidas, que
- I. a rede pública estadual de saúde somente fornecerá medicamentos para os indivíduos nascidos no próprio Estado.
  - II. a alíquota do imposto sobre propriedade de veículos automotores será 2% mais elevada para os contribuintes nascidos em outras regiões do território nacional.
  - III. seja extinto o benefício do décimo terceiro salário pago aos servidores públicos.
- É INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a determinação legal constante em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I e III, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, apenas.
  - (E) III, apenas.
13. Servidor público estadual ocupante de cargo de Procurador do Estado teve sua aposentadoria concedida em 2014, após completar os requisitos constitucionais. Atualmente, na inatividade, foi aprovado em concurso público para emprego de advogado em empresa pública estadual, tendo tomado posse. De acordo com a Constituição Federal, é
- (A) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, tendo o servidor o direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego, ao completar os requisitos constitucionais.
  - (B) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas o servidor não terá direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego.
  - (C) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, podendo o Tribunal de Contas do Estado considerar ilegal a acumulação.
  - (D) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas apenas o Poder Judiciário poderá considerar ilegal a acumulação, nos termos da Constituição Federal.
  - (E) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas a Administração pública não poderá declarar a ilegalidade da cumulação, sequer mediante prévio processo judicial, considerando o direito adquirido do servidor.
14. A autoridade federal competente para julgar processo administrativo de imposição de multa decidiu por aplicar a pena de multa ao administrado, impondo-lhe, ainda, o ônus de depositar o respectivo valor como condição de admissibilidade do recurso administrativo cabível.
- Sabendo que a exigência da autoridade administrativa contraria teor da súmula vinculante 21 (segundo a qual é *inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo*), o administrado pretende propor reclamação constitucional para que não seja obrigado a depositar o valor da multa como condição de admissibilidade do recurso administrativo.
- De acordo com a Constituição Federal, a reclamação constitucional é, em tese,
- (A) incabível.
  - (B) cabível, devendo ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
  - (C) cabível, devendo ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) cabível, devendo ser proposta perante o Tribunal Regional Federal competente.
  - (E) cabível, devendo ser proposta perante a autoridade administrativa superior.



15. Considerando que a despesa com pessoal ativo e inativo vinculado ao Poder Executivo do Estado superou o limite estabelecido em lei complementar, o Governador determinou a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, as medidas tomadas pelo Estado foram insuficientes para que o limite da despesa com pessoal ativo e inativo fosse atingido no prazo previsto na Lei Complementar, o que motivou a União a suspender os repasses de verbas federais ao Estado. A determinação do Governador para a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança
- (A) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também incompatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.
- (B) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, é compatível com a Constituição Federal a determinação da União.
- (C) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, a determinação da União é inconstitucional.
- (D) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a determinação da União. No entanto, o ato do Governador que prescreveu a exoneração de servidores não estáveis é inconstitucional.
- (E) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também compatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.
17. A Constituição da República estabelece uma série de competências e atribuições para o Poder Público em favor da população. A execução material dessas atividades
- (A) deve se dar em regime de exclusividade pelos entes federados indicados na Constituição Federal, caso contrário, perdem a qualificação de serviços públicos.
- (B) depende de delegação à iniciativa privada, a fim de garantir o volume de investimentos necessários ao bom desempenho, sob a forma de permissão ou concessão.
- (C) pode se dar em regime de exclusividade ou não, admitindo-se a delegação à iniciativa privada nos termos da lei, que pode autorizar a outorga da titularidade por tempo determinado e mediante remuneração proporcional a tanto.
- (D) pode ser atribuída à iniciativa privada, sem prejuízo de eventual prestação direta, mas se estiverem sujeitos à livre iniciativa, prescindindo de delegação ou mesmo autorização, não se consubstanciam em serviço público.
- (E) pode ser feita somente pelos entes integrantes da Administração direta e indireta, tendo em vista que deve observar o regime jurídico de direito público.
18. A Administração pública lançou um edital para contratação de serviço de fornecimento de merenda escolar para a rede pública de ensino fundamental, com base na Lei nº 8.666/1993. Escolheu o critério de técnica e preço para o julgamento das propostas. Em sede de exame prévio de edital, o Tribunal de Contas competente apontou a ilegalidade do critério escolhido, diante do objeto da contratação, e determinou a suspensão do procedimento. Um empresário do setor interessado na contratação do fornecimento, não satisfeito, ingressou com ação popular, observando os requisitos de cabimento e legitimidade, pleiteando o cancelamento do certame e nova confecção de edital. O Poder Judiciário
- (A) tal qual o Tribunal de Contas, não pode interferir na licitação em curso, sob pena de ingressar no juízo discricionário da Administração pública, à qual compete a escolha do critério de julgamento das licitações que promover.
- (B) não pode analisar o edital, limitando-se apenas a manter a suspensão já determinada, tendo em vista que a matéria já está sendo objeto de exame na Corte de Contas, evitando, assim, decisões conflitantes.
- (C) pode anular a licitação, tendo em vista que o fundamento da decisão está adstrito à ilegalidade do critério estabelecido em desconformidade com a Lei nº 8.666/1993, não obstante já tenha havido impugnação no Tribunal de Contas.
- (D) exerce controle externo sobre os atos praticados pela Administração pública, de modo que lhe é permitido apreciar os aspectos legais das licitações promovidas pelo Poder Público, bem como a respeito da economicidade e vantajosidade, independentemente de interferirem na legalidade.
- (E) pode suspender o certame, uma vez que o Tribunal de Contas já apreciou e lançou apontamentos ao edital, vedada, no entanto, a anulação do certame, devendo se aguardar eventual celebração do contrato para análise do cabimento de sua anulação, pois somente esse ato pode ensejar prejuízo à Administração.

### Direito Administrativo

16. O princípio da eficiência constante da Constituição da República possui conteúdo variável, relacionado com a finalidade da atuação da Administração pública, de modo que
- (A) não se aplica aos entes da Administração pública indireta, tendo em vista a submissão a regime jurídico de direito privado, que está adstrito a persecução de lucro.
- (B) tem lugar sempre que a observância das disposições normativas expressas constitua em cronograma de atuação mais longo, pois permite excepcionais, na busca por melhores resultados econômicos.
- (C) sempre que a Administração pública tiver que optar entre duas soluções para a mesma problemática, decidirá por aquela que represente auferição de maior lucratividade.
- (D) somente se aplica às empresas estatais que não sejam prestadoras de serviço público, posto que a finalidade lucrativa, diretriz principal daquele princípio, é inerente à atuação das exploradoras de atividade econômica.
- (E) nem sempre significa o direcionamento da ação estatal a juízos puramente econômicos, recomendando a utilização mais satisfatória dos recursos públicos caso a caso.



19. Josué é funcionário público, ocupando cargo efetivo no quadro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em razão de sua formação superior na área de ciências contábeis, foi convidado a ocupar a função de diretor financeiro da empresa estatal que atua na exploração de rodovias estaduais. Josué, não obstante tenha se interessado pelo convite, ficou com receio de que seu afastamento desfavorecesse os direitos e vantagens a que faz jus como titular de cargo efetivo. A propósito desse aspecto, a Lei nº 9.826/1974 estabelece que

- (A) os direitos e vantagens conferidos aos ocupantes de cargos públicos efetivos não se transferem aos ocupantes de empregos públicos, posto que estes prescindem de concurso público para serem preenchidos.
- (B) o afastamento de funcionário público ocupante de cargo efetivo não impacta no recebimento de nenhum direito ou vantagem, em razão da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos.
- (C) em se tratando de ocupar outro cargo estadual de provimento em comissão, o tempo de serviço será computável para todos os fins em favor do servidor Josué.
- (D) é vedado o afastamento de servidor público ocupante de cargo efetivo para ocupar outro cargo na Administração pública, tendo em vista que equivaleria a colocar o cargo original em disponibilidade.
- (E) apenas o afastamento que dependa de autorização legislativa pode ser computado como tempo de efetivo serviço.

20. Durante a realização de um Festival de Rodeio e Gastronômico, foi feita uma denúncia anônima indicando suposta armazenagem de alimentos *in natura* no mesmo ambiente em que estavam instalados alguns animais que participariam das apresentações culturais do evento. A Administração pública competente destacou delegação para apuração das denúncias. No local, os agentes públicos constataram que, além da armazenagem inadequada dos alimentos, os animais estavam sofrendo maus-tratos. Diante desse quadro, os agentes públicos, considerando a competência legal que desempenham,

- (A) devem interditar o local onde foram constatadas as ilegalidades e lavrar auto de infração, a fim de impedir que sejam causados danos à saúde dos frequentadores do evento, diferindo a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (B) devem instaurar processo administrativo emergencial para punição dos responsáveis, sendo possível requerer ao superior a emissão de auto de lacração do evento.
- (C) podem lavrar boletim de ocorrência e propor ao Ministério Público o ajuizamento de ação civil para responsabilização civil dos organizadores do evento.
- (D) devem ajuizar ação judicial, pleiteando tutela de urgência para interdição do estabelecimento onde foram constatadas as ilegalidades.
- (E) precisam de autorização judicial para ingressar no evento, a fim de levar a efeito a fiscalização determinada pelas autoridades.

### Controle Externo

21. A Constituição do Estado do Ceará estabelece que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE, sob pena de

- (A) multa.
- (B) exoneração.
- (C) demissão a bem do serviço público.
- (D) responsabilidade solidária.
- (E) responsabilidade subsidiária.

22. No exercício do controle externo, uma das medidas que pode ser adotada é a sustação de contratos. Nos termos da Constituição Federal, esse ato de sustação será adotado diretamente pelo

- (A) Tribunal de Contas.
- (B) Congresso Nacional.
- (C) Plenário do Tribunal de Contas.
- (D) Presidente da República.
- (E) Ministério Público.

23. Os Ministros do Tribunal de Contas da União e os Conselheiros do TCE-CE terão, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens do

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (E) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Desembargador do Tribunal de Justiça.

24. Sobre a competência do TCE-CE, prevista na sua Lei Orgânica, é correto afirmar que

- (A) a fiscalização contábil do Ministério Público Estadual, por ser órgão autônomo, somente poderá ocorrer por solicitação da Assembleia Legislativa.
- (B) abrange fazer a análise trimestral dos balancetes de arrecadação a cargo do Estado do Ceará.
- (C) cabe apreciar, para fins de registro, a concessão de melhorias posteriores que não alterem a fundamentação legal do ato concessório de aposentadoria.
- (D) pode representar o poder competente sobre irregularidades ou abusos, exceto quanto aos Secretários de Estado.
- (E) deve apreciar, mensalmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado.



25. Durante a execução dos seus trabalhos, numa das Câmaras do TCE-CE houve fundada arguição de inconstitucionalidade não decidida pelo Plenário. Nesse caso, a Câmara poderá
- (A) remeter os autos ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) remeter os autos ao julgamento pelo Plenário.
  - (C) julgar o processo no estado em que se encontra.
  - (D) sobrestar o julgamento até que ela mesma verifique a plausibilidade do argumento.
  - (E) trancar a pauta até que o Plenário se manifeste sobre o caso.

#### Economia do Setor Público

26. As externalidades resultam das ações de indivíduos e firmas que consideram apenas seus benefícios e custos privados, não observando os benefícios e custos sociais. Nesse sentido, é correto afirmar:
- (A) A Lei de Desarmamento sancionada pelo Governo Federal na década passada utilizou um subsídio para incentivar os cidadãos a reforçar uma externalidade positiva: a redução das armas de fogo em posse de civis, visando à diminuição dos acidentes domiciliares.
  - (B) A Guerra Fiscal entre os governos estaduais não pode ser considerada uma externalidade, pois a decisão de um estado de reduzir o ICMS para atrair novas empresas não afeta a base de arrecadação das outras unidades da federação.
  - (C) Os problemas associados à emissão de poluentes na atmosfera podem ser corrigidos por meio do livre jogo das forças de mercado.
  - (D) Os congestionamentos nas grandes cidades brasileiras resultam da interação entre oferta e demanda no mercado de automóveis, não podendo ser entendida como uma externalidade, dado que é um direito de todo cidadão utilizar seu automóvel.
  - (E) A forma de correção de uma externalidade é sempre a regulamentação governamental dos mercados em que se dá a existência daquelas, pois soluções via mercado são incapazes de contornar tal problema.

27. A carga tributária é definida como a parcela da renda interna destinada aos cofres do setor público. Sobre ela, no caso brasileiro, tem-se que
- (A) a arrecadação de impostos indiretos constitui uma das principais fontes de recursos para todos os entes federativos.
  - (B) a cobrança do ICMS é motivo de harmonização tributária entre os estados da federação e suas subunidades municipais, os quais dividem a prerrogativa da arrecadação desse imposto.
  - (C) a contribuição sobre intervenção no domínio econômico é um imposto estadual, destinado à construção de ferrovias estaduais e de portos secos com vistas à melhor utilização do território nacional.
  - (D) o imposto de renda é um tributo federal que incide apenas indiretamente sobre a renda dos contribuintes, pois sua alíquota varia de acordo com as faixas de renda dos cidadãos.
  - (E) a carga tributária líquida é sempre maior do que a carga tributária bruta, pois esta última definição desconsidera as transferências que o governo deve efetuar por lei para os contribuintes.

28. Dentre as funções econômicas do governo, a função
- (A) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituam o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
  - (B) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.
  - (C) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
  - (D) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
  - (E) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.

29. As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP NÃO
- (A) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
  - (B) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
  - (C) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
  - (D) representam o estoque total da dívida pública de um país.
  - (E) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

30. Sobre o modelo brasileiro de federalismo fiscal, é correto afirmar:
- (A) Os municípios são responsáveis pela arrecadação de impostos sobre patrimônio de baixa mobilidade, como o Imposto Territorial Rural – ITR e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, cabendo aos estados o recolhimento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA, outra forma de tributação de patrimônio.
  - (B) A heterogeneidade dentro da federação quanto à renda, às condições de vida, ao grau de urbanização, ao tamanho dos estados e municípios não afeta os níveis de capacidade administrativa e fiscal das unidades estaduais e locais, pois as demandas por serviços se ajustam às características locais.
  - (C) A tributação do consumo é compartilhada apenas entre o governo federal, que recolhe o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e os estados, que coletam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
  - (D) O Fundo de Participação dos Estados é um instrumento apenas marginalmente redistributivo, haja vista que apenas 15% dos recursos são destinados aos estados da federação, partilhados em direta proporção à renda *per capita* de cada unidade federativa.
  - (E) A Constituição promulgada em 1988 refletiu o conflito federativo no país ao determinar a repartição das principais fontes da arrecadação federal (IPI e IR) com estado e municípios, além de estabelecer que qualquer novo imposto criado pela União deve ser partilhado com os outros níveis de governo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Auditoria Governamental**

31. O exame e a avaliação das contas governamentais, de acordo com as Normas de Auditoria Governamental – NAGs, estão relacionados a uma auditoria

- (A) de gestão pública.
- (B) financeira.
- (C) orçamentária.
- (D) patrimonial.
- (E) de regularidade.

32. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs Aplicáveis ao Controle Externo, os Tribunais de Contas realizarão auditoria governamental nos entes auditados, acompanhando as ações empreendidas por todos os responsáveis pela gestão de bens e recursos públicos. Assim, ao efetuar as suas auditorias governamentais, o Tribunal de Contas tem, entre outros, os seguintes objetivos específicos:

- I. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do ente público.
- II. Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- III. Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.
- IV. Recomendar, em decorrência de procedimentos de auditoria, quando necessário, ações de caráter gerencial visando à promoção da melhoria nas operações.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

33. Achados de auditoria são situações verificadas pelo auditor durante o trabalho de campo que serão usadas para responder às questões de auditoria. De acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, o achado contém os seguintes atributos:

- (A) critério, condição, exame e indagação.
- (B) indagação, exame, causa e efeito.
- (C) critério, condição, inspeção e investigação.
- (D) critério, condição, causa e efeito.
- (E) indagação, exame, inspeção e conferência.

34. Para determinar a extensão e o alcance da auditoria que será proposta, a unidade técnica deve dispor de informações, entre outras, às relativas aos riscos relevantes associados ao objetivo da auditoria. Segundo as Normas de Auditoria – NAT, a avaliação de riscos e de controle interno visa a avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da Administração pública sejam obedecidos. Dentre os objetivos de controle que serão atendidos, NÃO se incluem:

- (A) estabelecimento de responsabilidades e rotinas internas, segregação de funções apropriada das responsabilidades funcionais.
- (B) eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações.
- (C) integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações *accountability*.
- (D) conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição.
- (E) adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

35. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, entre outros, do Poder Executivo e das empresas estatais dependentes, no âmbito dos Estados, será exercida

- (A) pelo Tribunal de Contas dos Municípios, onde houver.
- (B) pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante autorização da Assembleia Legislativa.
- (C) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (D) pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante julgamento das contas prestadas anualmente.
- (E) pela Assembleia Legislativa, com o auxílio da Controladoria Geral do Estado.





36. Nos trabalhos de auditoria, o auditor deve considerar a relevância e confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidências de Auditoria. Assim, no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o conjunto de processos e ferramentas operacionais de que se serve o controle para a obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para conclusão dos trabalhos é denominado de
- (A) técnica de auditoria.
  - (B) papéis de trabalho.
  - (C) relatório de auditoria.
  - (D) programa de auditoria.
  - (E) teste de observância.
- 
37. Determinado Estado da região Nordeste publicou o relatório resumido da execução orçamentária referente ao 2º bimestre de 2015, obedecendo ao prazo legal. O referido relatório, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) demonstra o total das despesas de pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
  - (B) demonstra, no último bimestre, as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.
  - (C) acompanha, em cada bimestre, o demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
  - (D) abrange todos os Poderes e o Ministério Público e será publicado até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada bimestre.
  - (E) compreende, o balanço orçamentário, que especificará entre outros, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada.
- 
38. Na fiscalização da gestão fiscal foi constatado que o montante da despesa total com pessoal do Poder Executivo de determinado Estado da federação ultrapassou 90% do limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000. Nestas condições, o Poder Executivo
- (A) deverá informar ao Tribunal de Contas do Estado as medidas adotadas ou a adotar para reduzir o montante da despesa com pessoal.
  - (B) estará proibido de criar cargo, emprego ou função.
  - (C) será alertado pelo chefe da equipe de auditoria interna.
  - (D) estará proibido de receber transferências voluntárias.
  - (E) será alertado pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 
39. A firma de auditoria Lopes & Auditores foi contratada, por determinada empresa de economia mista estadual, para realizar a auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2014. Para tanto, o auditor deve conduzir a auditoria com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança reconhecem e entendem que têm, entre outras, a responsabilidade
- I. de permitir acesso irrestrito às pessoas da entidade, que o auditor determine ser necessário obter evidências de auditoria.
  - II. pela confiabilidade das informações a serem usadas como evidências de auditoria, e pela indicação de pessoas da entidade para participar na elaboração do relatório de auditoria.
  - III. de fornecer, ao auditor, quando solicitado, o nome das pessoas da entidade suspeitas de envolvimento com fraude.
  - IV. de fornecer informações adicionais que o auditor possa solicitar da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança para a finalidade da auditoria.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) III e IV.
  - (E) I, II e IV.
- 
40. A Companhia de Distribuição de Alimentos do Nordeste, por exigências legais, contratou o auditor independente para realizar a auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2014. Com relação à documentação de auditoria, nos termos das NBC TAs, o objetivo do auditor é preparar documentação que forneça
- (A) evidência de que o auditor aplicou procedimentos de auditoria necessários e suficientes para detectar possíveis fraudes na empresa.
  - (B) segurança que as demonstrações contábeis estão livres de irregulares que possam comprometer a credibilidade da empresa.
  - (C) registro suficiente e apropriado do embasamento do relatório do auditor, e evidências de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas e as exigências legais e regulamentares aplicáveis.
  - (D) registro das causas e efeitos da falta de competitividade, quando houver, da empresa no mercado.
  - (E) evidência de que os trabalhos foram adequados ao objeto da auditoria e que o auditor é o responsável pela prevenção e detecção de fraudes e erros.

**Contabilidade Geral**

41. A Cia. Brasileira apresentou as seguintes demonstrações contábeis (Valores em reais):

Balanco Patrimonial			(valores em reais)		
Ativo	31/12/13	31/12/14	Passivo	31/12/13	31/12/14
<b>Ativo Circulante</b>	<b>260.000</b>	<b>522.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>140.000</b>	<b>200.000</b>
Disponível	80.000	282.000	Fornecedores	140.000	60.000
Duplicatas a Receber	150.000	190.000	IR/CSLL a pagar	-	88.000
Estoques	30.000	50.000	Dividendos a pagar	-	52.000
			<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>170.000</b>	<b>187.000</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>350.000</b>	<b>285.000</b>	Empréstimos	170.000	187.000
<b>Imobilizado</b>					
Terreno	50.000	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>300.000</b>	<b>420.000</b>
Imóveis	300.000	300.000	Capital Social	250.000	250.000
Depreciação Acumulada Imóveis		(15.000)	Reservas de Lucros	50.000	170.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>610.000</b>	<b>807.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>610.000</b>	<b>807.000</b>

**Demonstração de Resultados do Exercício de 2014**

Receita Bruta de vendas	750.000
Custo dos Produtos Vendidos	(425.000)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>325.000</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>	
Despesas administrativas	(30.000)
Despesa de depreciação	(15.000)
Despesa de Salários	(23.000)
(+/-) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do terreno	20.000
(+/-) Resultado financeiro	
Despesa financeira	(17.000)
<b>Lucro antes do IR e CSLL</b>	<b>260.000</b>
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(88.000)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>172.000</b>

Com base nas demonstrações acima e sabendo que a venda do terreno foi à vista e os juros não foram pagos, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi, em reais,

- (A) 202.000,00.
- (B) 132.000,00.
- (C) 292.000,00.
- (D) 152.000,00.
- (E) 344.000,00.

42. A Cia. Esportiva adquiriu, em 31/12/2014, produtos para serem comercializados. Em função de sua situação financeira, a Cia. adquiriu estes produtos por R\$ 320.000,00 para serem pagos em 15/03/2016, ciente de que se tivesse adquirido estes produtos à vista teria pago R\$ 250.000,00. Em 15/01/2015, a Cia. Esportiva vendeu 70% desses produtos por R\$ 320.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/03/2016. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 250.000,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a Cia. Esportiva deveria reconhecer como

- (A) Estoques o valor de R\$ 320.000,00, na data da aquisição.
- (B) Receita de Vendas o valor de R\$ 320.000,00, na data da venda.
- (C) Receita de Vendas o valor de R\$ 250.000,00 e como Custo dos Produtos Vendidos o valor de R\$ 224.000,00, na data da venda.
- (D) Receita de Vendas o valor de R\$ 320.000,00 e como Custo dos Produtos Vendidos o valor de R\$ 224.000,00, na data da venda.
- (E) Receita de Vendas o valor de R\$ 250.000,00 e como Custo dos Produtos Vendidos o valor de R\$ 175.000,00, na data da venda.



43. A Cia. Endividada S.A. é uma companhia de capital aberto e, em 31/12/2014, realizou duas operações:
- I. Aquisição de um caminhão, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 24 prestações mensais de R\$ 4.000,00 cada. Se a empresa tivesse adquirido o caminhão à vista teria pagado R\$ 75.000,00.
  - II. Emissão de 1.000 debêntures a R\$ 100,00 cada, com taxa de juros compostos de 12% ao ano, com prazo de 8 anos e pagamentos anuais de R\$ 20.130,28. Os custos de transação incorridos e pagos na emissão foram R\$ 2.000,00. Na emissão desses títulos houve prêmio no valor de R\$ 3.000,00.

O reconhecimento dessas duas operações, em conjunto, provocaram um aumento de

- (A) R\$ 176.000,00, no passivo.
  - (B) R\$ 196.000,00, no passivo.
  - (C) R\$ 197.000,00, no ativo.
  - (D) R\$ 175.000,00, no ativo.
  - (E) R\$ 199.000,00, no passivo.
- 
44. A Cia. Marcas Famosas S.A. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) no valor de R\$ 400.000,00, o qual é composto por:

Valor de custo: R\$ 500.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2013): R\$ 100.000,00

Antes de elaborar as suas demonstrações contábeis de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2014 e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 450.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 390.000,00

Com base nessas informações, o valor que a Cia. Marcas Famosas S.A. deveria ter apresentado em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2014, referente a este ativo, era, em reais,

- (A) 390.000,00.
  - (B) 450.000,00.
  - (C) 400.000,00.
  - (D) 500.000,00.
  - (E) 440.000,00.
- 
45. A Cia. Imobi & Liza adquiriu, em 31/12/2012, um equipamento por R\$ 238.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada do equipamento na data de aquisição foi 20 anos e o valor residual R\$ 18.000,00. Em 31/12/2013, a empresa revisou a vida útil remanescente da máquina para 10 anos e estimou um novo valor residual em R\$ 10.000,00. Com base nestas informações, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Imobi & Liza, em 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 216.000,00.
- (B) 205.300,00.
- (C) 179.100,00.
- (D) 195.300,00.
- (E) 188.100,00.



46. Em 31/12/2013 a Cia. Invest S.A. adquiriu 15% de participação na Cia. de Metais pelo valor de R\$ 1.500.000,00. O Capital Social da Cia. de Metais era composto por 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais. A Cia. Invest S.A. adquiriu apenas ações ordinárias e, durante 2014, a Cia. de Metais obteve um prejuízo de R\$ 200.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 30.000,00 em função de reservas de lucros passados. Com base nestas informações, a Cia. Invest S.A., em 2014, reconheceu
- (A) receita de dividendos no valor de R\$ 4.500,00, em função de a Cia. de Metais ser considerada coligada e ser avaliada por equivalência patrimonial.
  - (B) um prejuízo por equivalência patrimonial, no valor de R\$ 30.000,00, e um aumento na conta Investimento no valor de R\$ 4.500,00, em função de a Cia. de Metais ser considerada controlada e ser avaliada por equivalência patrimonial.
  - (C) receita de dividendos no valor de R\$ 4.500,00, em função de a Cia. de Metais não ser considerada coligada/controlada e ser avaliada pelo método de custo.
  - (D) um prejuízo por equivalência patrimonial, no valor de R\$ 30.000,00, e uma redução na conta Investimento no valor de R\$ 4.500,00, em função de a Cia. de Metais ser considerada coligada e ser avaliada por equivalência patrimonial.
  - (E) receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 34.500,00, em função de a Cia. de Metais ser considerada coligada e ser avaliada por equivalência patrimonial.

47. A Cia. de Processos Gerais respondia a alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda considerada em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
X1W3	R\$ 140.000,00	Provável	R\$ 120.000,00
X2W4	R\$ 0,00	Provável	R\$ 50.000,00
K3H4	R\$ 0,00	Possível	R\$ 20.000,00
J5X1	R\$ 90.000,00	Possível	R\$ 70.000,00

Ao contabilizar os ajustes necessários decorrentes das informações acima, a empresa reconheceu em seu resultado de 2014

- (A) uma perda de R\$ 50.000,00.
  - (B) um ganho de R\$ 20.000,00.
  - (C) uma perda de R\$ 30.000,00.
  - (D) um ganho de R\$ 40.000,00.
  - (E) um ganho de R\$ 60.000,00.
48. A Cia. Patrimonial realizou, durante 2014, as seguintes operações:

- I. Vendeu por R\$ 100.000,00 ações em tesouraria que haviam sido adquiridas em 2012 por R\$ 30.000,00.
- II. Apurou, em 2014, lucro líquido de R\$ 230.000,00 e distribuiu dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 50.000,00.
- III. Recebeu em doação um terreno com restrições a serem cumpridas. O valor justo do terreno na data do recebimento era R\$ 60.000,00.
- IV. Aumentou o capital social em R\$ 70.000,00, sendo 50% com Reservas de Lucros existentes em 2013 e 50% com imóveis.

Após o registro dessas operações, o aumento no Patrimônio Líquido da Cia. Patrimonial ocorrido em 2014 foi, em reais,

- (A) 350.000,00.
- (B) 285.000,00.
- (C) 315.000,00.
- (D) 345.000,00.
- (E) 375.000,00.

**Contabilidade Pública**

49. De acordo com os princípios de contabilidade, o patrimônio é reconhecido como objeto da contabilidade e não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. A autonomia patrimonial, para o ente público, tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos. Sob a perspectiva do setor público, está relacionada ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) universalidade.
- (C) entidade.
- (D) transparência.
- (E) conformidade.

50. Na Contabilidade Pública, os atos e fatos da gestão serão registrados com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estruturado em subsistemas de informações. Considere os subsistemas de informações:

- I. Financeiro – registra, processa e evidencia os fatos relacionados aos ingressos e desembolsos financeiros, decorrentes da execução orçamentária.
- II. Compensação – registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- III. Circulante – registra os bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data da aprovação das demonstrações contábeis.
- IV. Orçamentário – registra, processa e evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
- V. Patrimonial – registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e V.

**Atenção:** Para responder às questões de números 51 e 52, considere as seguintes informações, relativamente à classificação da despesa sob o aspecto orçamentário:

O governo de determinado Estado da região Norte do Brasil adquiriu, mediante licitação, cinco automóveis novos, pelo valor total de R\$ 250.000,00, para auxiliar o deslocamento dos auditores em serviços na fiscalização das receitas tributárias.

51. A despesa classifica-se no seguinte Grupo de Natureza de Despesa:

- (A) imobilizado.
- (B) inversões financeiras.
- (C) bens móveis.
- (D) investimentos.
- (E) ativo não circulante.

52. Os veículos adquiridos classificam-se no seguinte elemento de despesa:

- (A) equipamentos e material permanente.
- (B) ativo permanente.
- (C) auxílio transporte.
- (D) obrigações tributárias e contributivas.
- (E) bens de capital.

53. A autarquia hospitalar estadual Dr. Menezes de Cabral alienou dois veículos pelo valor total de R\$ 65.500,00, incluídos ganhos com alienação no valor de R\$ 4.500,00. Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T, nesta transação, sob o aspecto patrimonial, ocorreu uma

- (A) receita patrimonial e variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- (B) variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 65.500,00.
- (C) receita de capital e variação patrimonial qualitativa no valor de R\$ 61.500,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- (D) diminuição do ativo no valor de R\$ 65.500,00.
- (E) variação patrimonial qualitativa e quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.



**Atenção:** Para responder às questões, de números 54 a 56 considere os saldos apresentados no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 de determinada entidade do setor público, as transações realizadas pela entidade e as respectivas classificações contábeis efetuadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Valores em reais):

**Balanço Patrimonial do exercício de 2013**

Ativo	Valor	Passivo	Valor
ATIVO CIRCULANTE	120.000	PASSIVO CIRCULANTE	90.000
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	115.000
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>205.000</b>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.000	PATRIMONIO LÍQUIDO	
		Resultados Acumulados	
		Resultado do Exercício	88.000
		Resultados de Exercícios Anteriores	52.000
		<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>140.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>345.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>345.000</b>

Durante o exercício de 2014, a entidade realizou as seguintes transações (Valores em reais):

- Recebimento de receita com a obtenção de empréstimo de longo prazo ..... 60.000,00
- Despesa com pessoal empenhada e paga..... 85.000,00
- Recebimento de receita de concessões e permissões..... 10.000,00
- Recebimento de caução, em dinheiro, de empresa para participar em licitação..... 30.000,00
- Despesa com aluguel de veículos empenhada e paga ..... 20.000,00
- Recebimento de receita de impostos, concomitante ao fato gerador ..... 95.000,00
- Depreciação de bens móveis ..... 5.000,00
- Recebimento de bens imóveis doados pelo Governo Federal ..... 40.000,00
- Recebimento de receita de multas de trânsito nas estradas estaduais..... 25.000,00
- Despesa com amortização da dívida de longo prazo empenhada e paga ..... 40.000,00
- Pagamento de restos a pagar inscritos no exercício de 2013 ..... 10.000,00

54. O saldo do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 totaliza, em reais,

- (A) 125.000,00
- (B) 185.000,00
- (C) 195.000,00
- (D) 145.000,00
- (E) 220.000,00

55. No Balanço Patrimonial de 31/12/2014, o saldo do Passivo não Circulante soma, em reais,

- (A) 135.000,00
- (B) 175.000,00
- (C) 75.000,00
- (D) 155.000,00
- (E) 140.000,00

56. As Demonstrações das Variações Patrimoniais do exercício de 2014 indica um resultado patrimonial do exercício no valor de, em reais,

- (A) 25.000,00
- (B) 65.000,00
- (C) 45.000,00
- (D) 20.000,00
- (E) 60.000,00



57. O Estado de Eldorado do Norte, considerando a aposentadoria de vários servidores efetivos, assinou um contrato de terceirização de mão de obra, no valor de R\$ 750.000,00, destinados a substituição destes servidores, até a realização de novo concurso. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o valor do contrato será contabilizado como
- (A) locação de mão de obra terceirizada.  
 (B) pessoal e encargos sociais.  
 (C) pessoal civil.  
 (D) outras despesas de pessoal.  
 (E) contratação por tempo determinado.
- 
58. O total da receita corrente líquida utilizada para efeito de apuração do cumprimento do limite legal da despesa total com pessoal, do período de janeiro a dezembro de 2014, do Poder Executivo de determinado Estado da federação é de R\$ 12.500.000,00. Considerando que no Estado há Tribunal de Contas dos Municípios, o valor referente ao limite máximo da despesa total com pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, seria de, em reais,
- (A) 7.500.000,00.  
 (B) 6.750.000,00.  
 (C) 6.075.000,00.  
 (D) 6.125.000,00.  
 (E) 6.250.000,00.
- 
59. No mês de maio de 2015, entre as receitas arrecadadas por determinada entidade do setor público, R\$ 225.000,00 referem-se a impostos inscritos em dívida ativa e R\$ 270.000,00, a alienação de dois terrenos. Sob o aspecto orçamentário, os valores arrecadados classificam-se, respectivamente, nas origens de receitas, em
- (A) outras receitas correntes e alienação de bens.  
 (B) amortização da dívida e alienação de imóveis.  
 (C) receita tributária e alienação de bens.  
 (D) dívida ativa tributária e patrimonial.  
 (E) impostos e receita de capital.
- 
60. A Secretária Estadual da Educação autorizou a contratação de uma empresa para prestação de serviços de limpeza no gabinete do secretário, pelo valor mensal de R\$ 25.000,00, no período de 01.07.2014 a 30.06.2015. O fato gerador da despesa do mês de maio de 2015 já ocorreu, mas ainda não houve a liquidação. Assim, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no momento da liquidação da despesa, o registro contábil no subsistema orçamentário debitará e creditará, respectivamente, os seguintes títulos de contas:
- (A) Despesa Empenhada e Empenhos a Pagar.  
 (B) Crédito Empenhado em Liquidação e Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.  
 (C) Crédito Disponível e Crédito Empenhado Liquidado.  
 (D) Crédito Liquidado a Pagar e Crédito Liquidado.  
 (E) Despesa Realizada e Fornecedores.

#### Contabilidade de Custos

61. A Cia. Produtora de Gás produz os produtos 1, 2 e 3 utilizando um único departamento. Ao analisar o processo produtivo no mês de dezembro de 2014, a Cia. obteve as seguintes informações:

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
1	R\$ 30,00/unidade	R\$ 10,00/unidade	3.000	R\$ 120,00/unidade	1h/unidade
2	R\$ 20,00/unidade	R\$ 30,00/unidade	1.000	R\$ 80,00/unidade	1h/unidade
3	R\$ 10,00/unidade	R\$ 10,00/unidade	2.000	R\$ 100,00/unidade	2h/unidade

Sabe-se que a Cia. utiliza o custeio por absorção, que os custos indiretos totais incorridos no mês de dezembro de 2014 foram R\$ 48.000,00 e que a empresa os aloca aos produtos em função da quantidade total de horas de mão de obra direta utilizada. Com base nestas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção, no mês de dezembro de 2014, para os produtos 1, 2 e 3 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 30,00; 20,00 e 10,00.  
 (B) 40,00; 50,00 e 20,00.  
 (C) 46,00; 56,00 e 32,00.  
 (D) 48,00; 58,00 e 28,00.  
 (E) 45,00; 66,00 e 28,00.



Instruções: Para responder às questões de números 62 e 63, considere as informações a seguir:

Determinada empresa tem capacidade para produzir 2.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 200,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

- Custos fixos: R\$ 56.000,00/mês
- Custos variáveis: R\$ 14,00/unidade
- Despesas fixas: R\$ 14.000,00/mês
- Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto
- Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto
- Lucro desejado: 20% do preço de venda bruto

62. O ponto de equilíbrio econômico da empresa, em unidades, é

- (A) 350.
- (B) 400.
- (C) 500.
- (D) 560.
- (E) 700.

63. O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em unidades, é

- (A) 350.
- (B) 500.
- (C) 400.
- (D) 560.
- (E) 700.

64. A Cia. Industrializa & Vende, para produzir seu único produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de janeiro de 2015:

- Compra de matéria-prima: R\$ 37.000,00 (valor líquido dos tributos recuperáveis)
- Fretes e seguros pagos na aquisição das matérias-primas: R\$ 3.000,00 (não inclusos no valor de compra da matéria-prima acima e líquido dos tributos recuperáveis).
- Mão de obra direta: R\$ 20.000,00
- Remuneração da supervisão da fábrica: R\$ 18.000,00
- Remuneração da administração geral da empresa: R\$ 30.000,00
- Energia elétrica utilizada na produção: R\$ 8.000,00
- Depreciação referente às máquinas utilizadas na produção: R\$ 12.000,00
- Comissão dos vendedores: R\$ 4.000,00
- Outros custos indiretos de produção: R\$ 10.000,00
- Fretes sobre a venda: R\$ 2.000,00
- Encargos financeiros sobre empréstimos obtidos: R\$ 3.000,00

Sabe-se que:

- I. Os gastos da administração geral da empresa não são rateados para o setor de produção;
- II. Não havia produtos em elaboração no início e no fim do mês de janeiro de 2015;
- III. O estoque inicial de matéria-prima era R\$ 7.500,00;
- IV. O estoque final de matéria-prima era R\$ 12.500,00.

O custo da produção acabada da Cia. Industrializa & Vende, em janeiro de 2015, utilizando o custeio por absorção foi

- (A) R\$ 85.000,00.
- (B) R\$ 103.000,00.
- (C) R\$ 109.000,00.
- (D) R\$ 114.000,00.
- (E) R\$ 108.000,00.





65. A Cia. Fura & Fecha, para produzir 500 unidades de seu único produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de março de 2015:

Custo fixo: R\$ 23.000,00

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 12,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$6,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 6.000,00

Despesas variáveis: R\$ 4,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda bruto

Preço de venda bruto: R\$ 210,00/unidade

Quantidade vendida: 400 unidades

Se a Cia. Fura & Fecha utilizar o Custeio Variável, o custo unitário da produção do mês de março de 2015 será, em reais,

- (A) 12,00.  
 (B) 22,00.  
 (C) 39,00.  
 (D) 18,00.  
 (E) 43,00.

66. A Cia. Processadora, ao analisar os custos do seu único produto, obteve as seguintes informações:

Custo 1	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	10.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 30.000,00
	15.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 45.000,00
	20.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 60.000,00

Custo 2	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	10.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 60.000,00
	15.000 unidades	R\$ 4,00	R\$ 60.000,00
	20.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 60.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos 1 e 2 são, em relação ao volume de produção, respectivamente,

- (A) indireto e variável.  
 (B) variável e variável.  
 (C) fixo e variável.  
 (D) variável e fixo.  
 (E) fixo e indireto.

### Orçamento Público

67. Na proposta orçamentária de determinado ente público, encaminhada ao Poder Legislativo para ao exercício de 2015, consta autorização ao Poder Executivo para doar um terreno à iniciativa privada para construção de um clube recreativo. Com relação aos princípios orçamentários, a proposta orçamentária não atende ao princípio da

- (A) exclusividade.  
 (B) moralidade.  
 (C) legalidade.  
 (D) competência.  
 (E) universalidade.



68. O departamento de contabilidade e orçamento da Assembleia Legislativa do Estado Eldorado do Norte está instalado em um imóvel alugado. No mês de junho de 2015, a Assembleia adquiriu este imóvel pelo valor de R\$ 850.000,00. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, a despesa é classificada como
- (A) investimento.
  - (B) patrimonial.
  - (C) imobiliária.
  - (D) inversões financeiras.
  - (E) imobilizado.
- 
69. Na lei orçamentária anual para o exercício de 2015, de determinado ente da federação, não consta dotação específica para aquisição de veículos. Pretendendo o gestor público, no referido exercício, realizar tal despesa deverá abrir um crédito adicional a ser classificado em
- (A) suplementar.
  - (B) especial.
  - (C) exclusivo.
  - (D) extraorçamentário.
  - (E) extraordinário.
- 
70. Em determinado Estado da região Nordeste, foi verificado ao final do 2º bimestre de 2015, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Nestas condições, de acordo com a lei complementar nº 101/2000, os Poderes e o Ministério Público promoverão, nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios fixados
- (A) na Lei Orçamentária Anual.
  - (B) no anexo de riscos fiscais.
  - (C) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (D) no Plano Plurianual.
  - (E) no decreto da execução orçamentária.
- 
71. As receitas arrecadadas provenientes do pagamento de aluguéis pela utilização de próprios do poder público são classificadas na seguinte espécie de receita:
- (A) capital.
  - (B) taxa de ocupação de imóveis.
  - (C) concessões e permissões.
  - (D) exploração de bens públicos.
  - (E) imobiliária.
- 
72. O secretário estadual de transportes autorizou a contratação de uma empresa para executar serviços de manutenção e conservação das rodovias estaduais. Considerando a classificação da despesa por estrutura programática, quando se emitir a nota de empenho a despesa deve onerar uma dotação orçamentária relativa a uma ação de governo classificada como
- (A) atividade.
  - (B) capital.
  - (C) projeto.
  - (D) função.
  - (E) locação de serviços.
- 

#### Direito Financeiro

73. A Constituição Federal estabelece regras a respeito do depósito das disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas. De acordo com o texto constitucional,
- (A) 51%, pelo menos, das disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão depositadas no Banco Central do Brasil.
  - (B) 51%, pelo menos, das disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas no Banco Central do Brasil.
  - (C) 49%, no máximo, das disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas no Banco Central do Brasil.
  - (D) 15%, no máximo, das disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão depositadas em instituições financeiras oficiais, indicadas em lei estadual ou distrital.
  - (E) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central do Brasil.
-



74. Em março de 2015, as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram a Emenda Constitucional nº 86/15, que trata do chamado ORÇAMENTO IMPOSITIVO. Essa emenda, que acrescentou vários dispositivos ao texto constitucional, inseriu, no art. 166 da Constituição Federal, nove parágrafos novos. O § 9º desse artigo estabelece que *as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.*

Afastada a possibilidade de não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução orçamentária e financeira das programações referidas no § 9º, acima transcrito, é

- (A) obrigatória, inclusive nos casos de impedimento de ordem técnica, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos em Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República.
- (B) obrigatória, exceto nos casos de impedimento de ordem técnica, em montante correspondente a 0,6% da média da receita corrente líquida realizada nos três exercícios imediatamente anteriores conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos em lei ordinária federal.
- (C) obrigatória, exceto nos casos de impedimento de ordem técnica, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior conforme os critérios para a execução equitativa da programação, sendo considerada equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.
- (D) voluntária, em montante correspondente a 0,6% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior conforme os critérios para a execução equitativa da programação, sendo considerada equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal a todas as unidades federadas, independentemente de critérios quantitativos populacionais e da representação política parlamentar do proponente da emenda.
- (E) obrigatória, inclusive nos casos de impedimento de ordem técnica, em montante correspondente a 0,6% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal, sendo considerada equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma proporcional a todas as unidades federadas, tendo em conta critérios quantitativos populacionais e de representação política parlamentar do proponente da emenda.

75. A legislação financeira utiliza o termo “exercício”, ou a expressão “exercício financeiro”, para designar um determinado período de tempo específico. A Lei Federal nº 4.320/64 teve o cuidado de dimensionar o período de tempo compreendido por “um exercício financeiro” e o fez nos seguintes termos: “o *exercício financeiro*”

- (A) *coincidirá com o ano civil*”.
- (B) *terá a mesma extensão do exercício tributário*”.
- (C) *terá 360 dias*”.
- (D) *terá 365 dias*”.
- (E) *terá a mesma dimensão do período de vigência da Lei Orçamentária Anual – LOA*”.

76. A Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. De acordo com essa Lei Complementar,

- (A) nas suas referências à União, o Ministério Público está excluído.
- (B) nas suas referências a Tribunais de Contas, só estão incluídos o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (C) nas suas referências aos Estados, não se entende considerado o Distrito Federal.
- (D) suas disposições obrigam, inclusive, os Municípios e suas fundações.
- (E) nas suas referências aos Municípios, estão excluídas as autarquias municipais.

77. A Lei Complementar nº 101/2000 estabeleceu diversas regras relacionadas especificamente com a atividade do Banco Central do Brasil, dentre as quais podem ser destacadas as que estabelecem o seguinte:

- I. A dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil será incluída na dívida pública consolidada da União.
- II. Nas suas relações com ente da Federação, é permitido ao Banco Central do Brasil conceder garantias, nos termos fixados em Resolução do Senado Federal.
- III. O resultado negativo, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.
- IV. O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o trigésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



78. As rubricas que compõem a dívida flutuante da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal são identificadas no Capítulo II do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64. De acordo com a disciplina fixada por essa Lei, essa dívida flutuante compreende
- I. os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário de serviços públicos.
  - II. os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
  - III. os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio financeiro de obras públicas.
  - IV. os serviços da dívida a pagar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

79. Um determinado Estado federado brasileiro efetuou despesas com obras públicas, com inativos, com amortização da dívida pública e com participação em aumento de capital de entidades financeiras. Com base nas normas da Lei Federal nº 4.320/64, classificam-se como
- I. Transferências de Capital (DESPESAS DE CAPITAL), as despesas com amortização da dívida pública.
  - II. Despesas de Custeio (DESPESAS CORRENTES), as despesas com inativos.
  - III. Investimentos (DESPESAS CORRENTES), as despesas com obras públicas.
  - IV. Inversões Financeiras (DESPESAS DE CAPITAL), as despesas com participação em aumento de capital de entidades financeiras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

80. Em um determinado exercício financeiro, a União auferiu receitas provenientes de operações de crédito, provenientes de amortização de empréstimos concedidos, oriundas de cobrança da dívida ativa e de natureza imobiliária. Com fundamento nas normas da Lei Federal nº 4.320/64, classificam-se como Receitas
- I. DE CAPITAL, as provenientes de amortização de empréstimos concedidos.
  - II. Diversas (Transferências Correntes – RECEITA CORRENTE), as provenientes de cobrança da Dívida Ativa.
  - III. Patrimoniais (RECEITA CORRENTE), aquelas de natureza imobiliária.
  - IV. Diversas (Transferências Correntes – RECEITA CORRENTE), as provenientes de operações de crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



## PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

### Instruções:

Em conformidade com o Capítulo VIII do Edital do Concurso:

- *Será atribuída nota zero à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, no espaço destinado à redação definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; fugir ao tema proposto.*
- *Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.*
- *Será considerado habilitado na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)."*

Considere as seguintes informações extraídas do Sistema Contábil de uma determinada prefeitura municipal do Estado do Ceará referentes ao exercício financeiro de 2014:

Nomenclatura	Valores em reais
IPTU .....	57.300,00
FUNDEB Recebido .....	14.750,00
Transferências de Recursos do SUS.....	13.130,00
Reversão de Provisão para Riscos Cíveis.....	10.000,00
Restos a Pagar Inscritos em 2014 .....	3.300,00
Repasse Recebidos para Execução Orçamentária .....	2.000,00
Depósitos de Terceiros Recebidos em 2014 .....	1.000,00
Saldo Inicial da conta Bancos em 2014 .....	13.000,00
Restos a Pagar não Processados de 2013 cancelados em 2014 .....	2.000,00
Pessoal e Encargos Sociais.....	29.000,00
Juros e Encargos da Dívida .....	19.500,00
Dívida Ativa não Tributária .....	15.000,00
Inversões Financeiras.....	27.900,00
Consumo de Material Educativo e Esportivo.....	5.000,00
Repasse de Duodécimos para Câmara Municipal.....	2.500,00
Restos a Pagar Processados pagos em 2014 .....	2.300,00

- Os valores das receitas orçamentárias referem-se àqueles arrecadados em 2014 e os valores das despesas orçamentárias àqueles empenhados em 2014.

Com base na Estrutura do Balanço Financeiro definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Parte v), pede-se:

- a. O valor das variáveis abaixo indicadas, evidenciadas no Balanço Financeiro referente a 2014, e a definição de cada uma delas:
  1. Receita Orçamentária
  2. Transferências Financeiras Recebidas
  3. Transferências Financeiras Concedidas
  4. Recebimentos Extraorçamentários
  5. Pagamentos Extraorçamentários
  6. Saldo em Espécie do Exercício Anterior
  7. Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte
  8. Despesa Orçamentária
- b. O resultado financeiro do exercício de 2014.



**PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II**

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	

BRASUNHO



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO